

# USO DA LEI DE ACESSO A INFORMAÇÕES POR JORNALISTAS:

3º Relatório de Desempenho

ABR  JI

# su má rio

03. ■ Introdução

04. ■ Universo  
pesquisado

07. ■ Transparência  
passiva nos três  
níveis e poderes

28. ■ Sugestões  
de melhorias

# Introdução

Esta é a terceira edição do levantamento realizado pela Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo) a respeito do uso da Lei de Acesso a Informações (Lei 12.527/2011) por jornalistas. Iniciada em 2013, a pesquisa foi repetida em 2015 e deveria ter sido realizada em 2017 seguindo a periodicidade bianual, mas foi repetida apenas em 2019 por questões operacionais.

No sétimo ano desde a entrada em vigor da LAI, a adoção da transparência passiva como ferramenta de apuração se consolidou entre jornalistas e se difundiu ainda mais. Ao menos 1.289 reportagens com base em pedidos via Lei de Acesso a Informações foram publicadas de maio de 2012 a maio de 2019, segundo registros da Abraji.

Nos períodos abarcados pelos primeiros levantamentos (2012-2013 e 2014-2015), foram publicadas 4 reportagens por mês e 7 reportagens por mês, respectivamente. Nos períodos que o presente levantamento aborda (2016-2017 e 2018-2019), foram 15 por mês e 31 por mês. Ou seja, o número mensal de reportagens baseadas em pedidos de informação aumentou em quase oito vezes de 2012 a 2019.

As dificuldades para jornalistas obterem respostas a pedidos de acesso a informações também aumentaram: atingiram os maiores números registrados desde a primeira edição do levantamento nos três níveis. A proporção de profissionais que relataram problemas em cada esfera foi de 89%, 90% e 89%, respectivamente. O aumento é preocupante, mesmo que possa ser atribuído ao crescimento na demanda via Lei de Acesso por parte de jornalistas.

Pela primeira vez, a pesquisa incluiu perguntas sobre os tipos de problemas enfrentados pelos jornalistas. O descumprimento do prazo determinado pela LAI para respostas a pedidos foi destaque nos níveis locais (estadual e municipal). No nível federal, sobressaíram-se as respostas imprecisas e o fornecimento de dados em formato fechado (como o PDF).

Apesar de ser alvo frequente de reclamações em eventos e seminários sobre a implementação da Lei de Acesso, o não atendimento a pedidos sob a justificativa de “necessidade de trabalho adicional de análise e consolidação de dados” não foi apontado como um problema frequente.

Os dados coletados pela pesquisa mostram ainda que o foco dos profissionais de imprensa na hora de fazer pedidos de acesso a informações continua sendo o poder Executivo. No nível federal, ele foi alvo de 68% dos pedidos; no estadual, de 71%; no municipal, 57%.

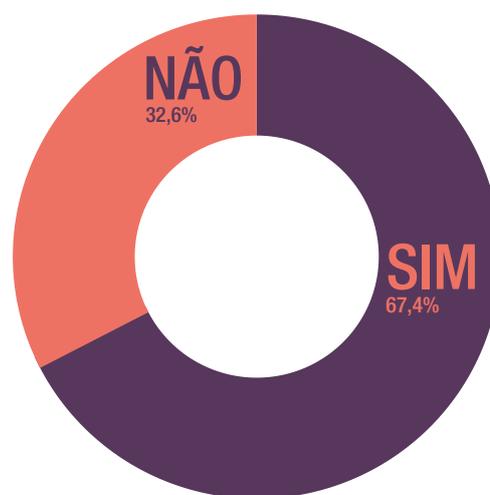
O diagnóstico que o presente levantamento apresenta é menos positivo do que o esperado. A Lei de Acesso está em vigor há sete anos - um prazo razoável para os órgãos públicos se adaptarem minimamente e treinarem servidores no trato de pedidos de informação. O volume de solicitações feitas não apenas por jornalistas é significativo o suficiente para testar e afinar protocolos de atendimento. Era de se esperar melhoria na qualidade no atendimento ou, pelo menos, a manutenção dos índices. Por outro lado, reforça a importância e a necessidade de manter o controle social sobre a implementação da Lei de Acesso, além de continuar a demandar informações dos Poderes em todos os níveis.

# Universo pesquisado

O questionário foi respondido por **86 jornalistas** — universo semelhante aos dos levantamentos de 2013 e 2015, que registraram 87 e 83 respostas, respectivamente. **A maioria (67%) afirmou já ter feito pedidos de informação via LAI para apurações**, um aumento de 10 pontos percentuais em relação a 2015.

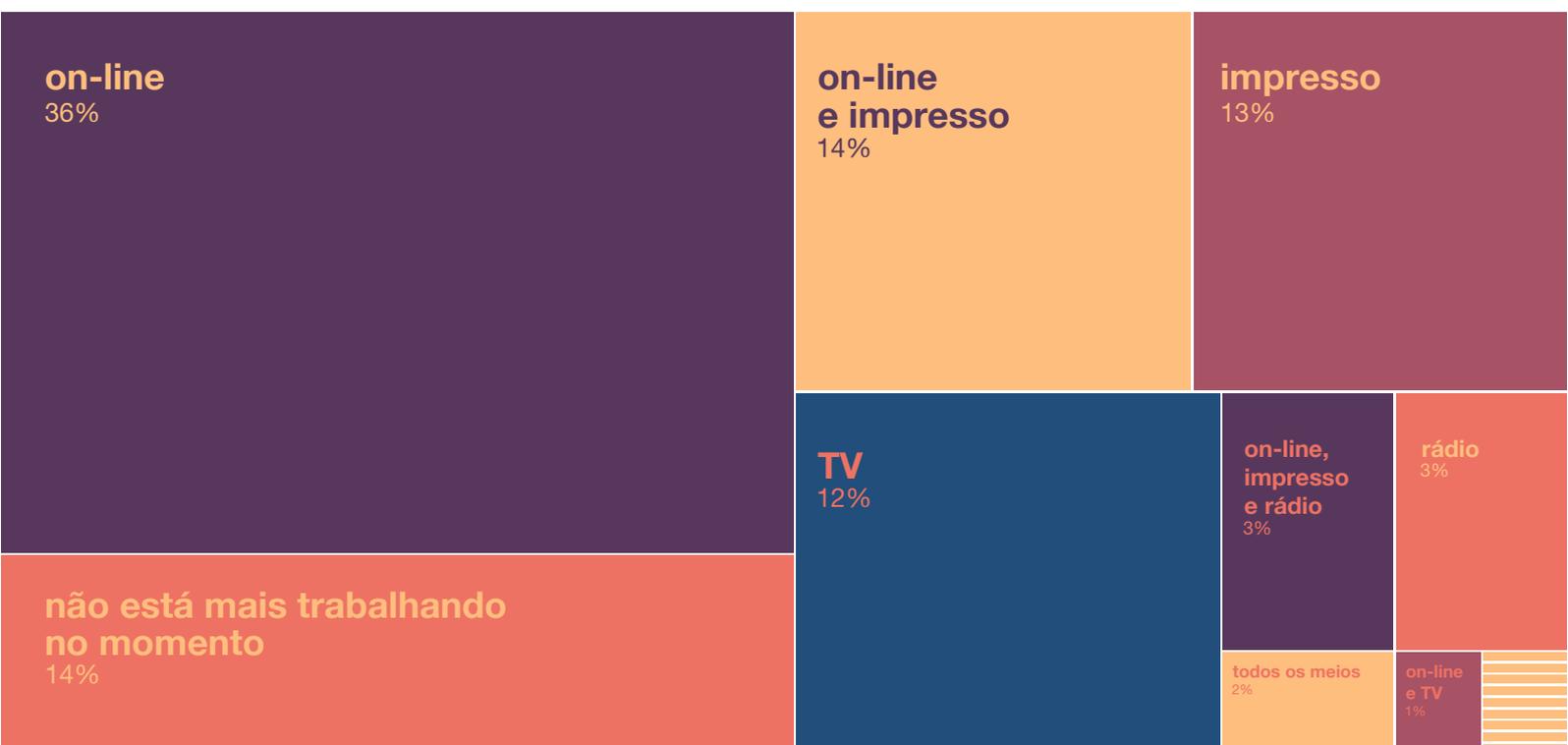
A maior parte (36%) dos respondentes atua exclusivamente em meios on-line; 22% atua em outros meios além do on-line (impresso, rádio, TV ou todos eles).

## Já fez pedidos de informações em apurações?



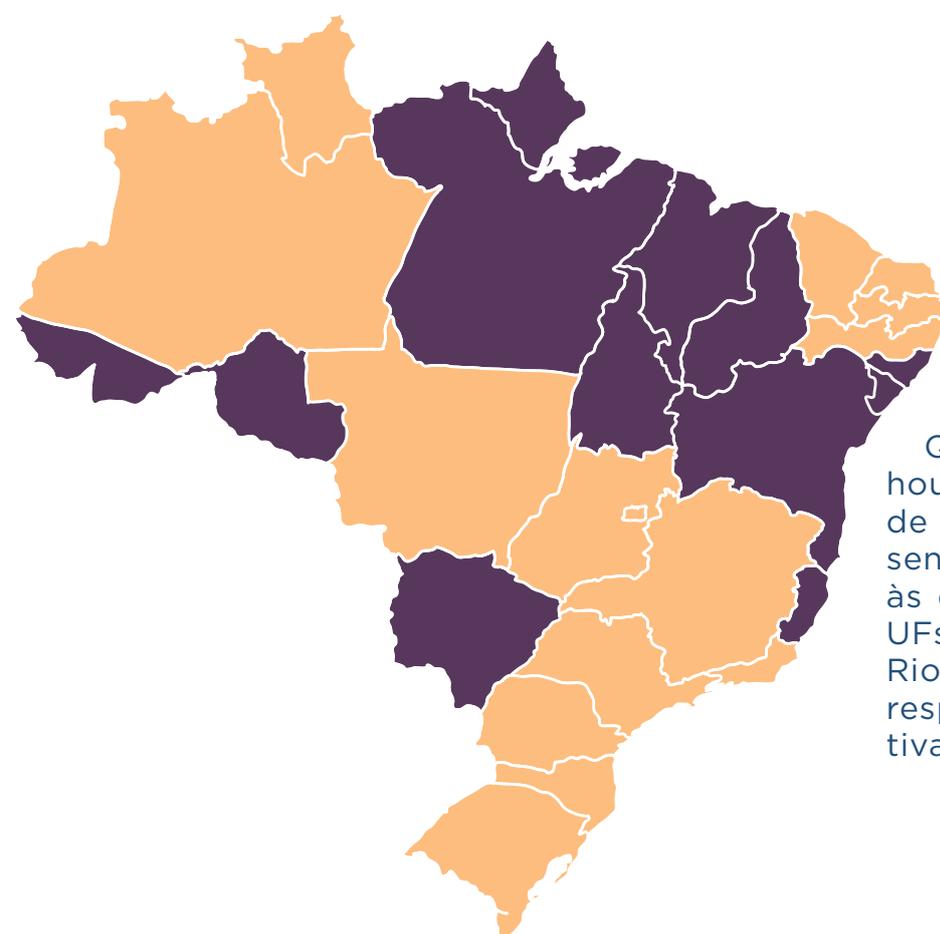
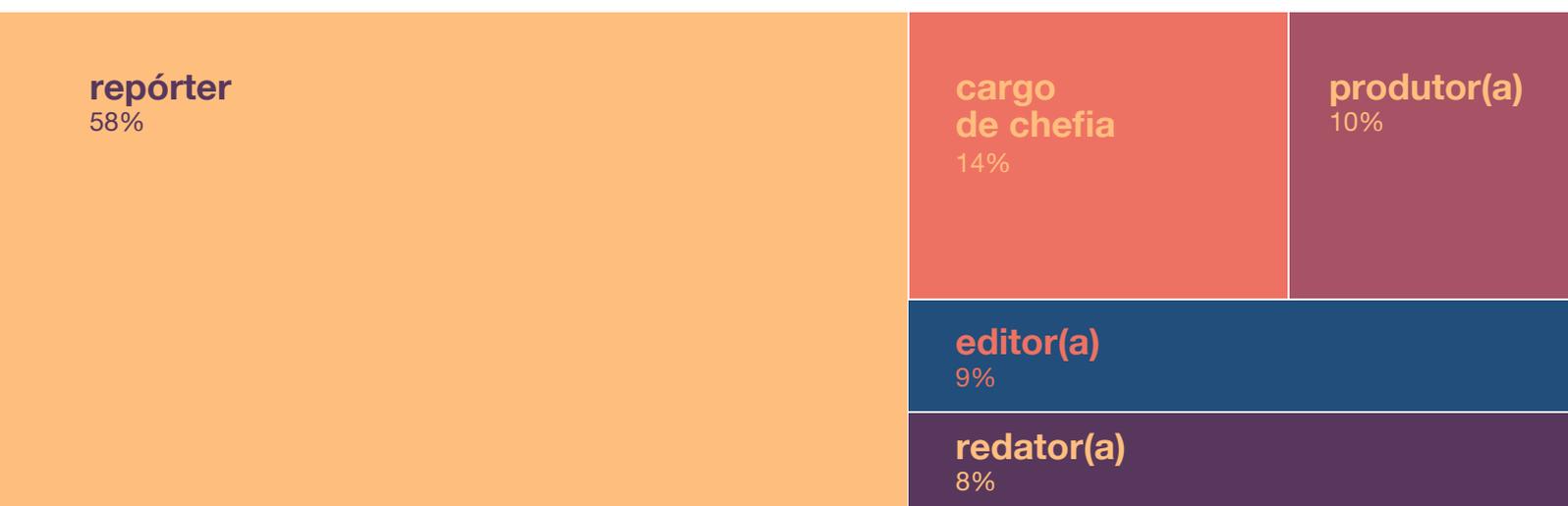
## Quem usa a LAI em apurações?

Por meio de atuação



Os repórteres continuam maioria entre os profissionais que usam a LAI no ofício: 58% dos respondentes. Em segundo lugar, estão os ocupantes de cargos de chefia (secretaria de redação, chefe de editoria, chefe de reportagem etc), com 14%.

### Quem usa a LAI em apurações? Por cargo



Quanto à origem geográfica, houve aumento na diversidade de unidades da federação representadas na pesquisa em relação às duas anteriores: de 13 para 15 UF's. Jornalistas de São Paulo e Rio de Janeiro são a maioria dos respondentes (37% e 16%, respectivamente).

UF	Proporção dos respondentes
São Paulo	37%
Rio de Janeiro	16%
Minas Gerais	7%
Distrito Federal	6%
Rio Grande do Sul	5%
Goiás	5%
Paraná	5%
Ceará	3%
Santa Catarina	3%
Rio Grande do Norte	3%
Paraíba	2%
Mato Grosso	2%
Pernambuco	2%
Amazonas	1%
Rondônia	1%

# Transparência passiva nos três níveis e poderes

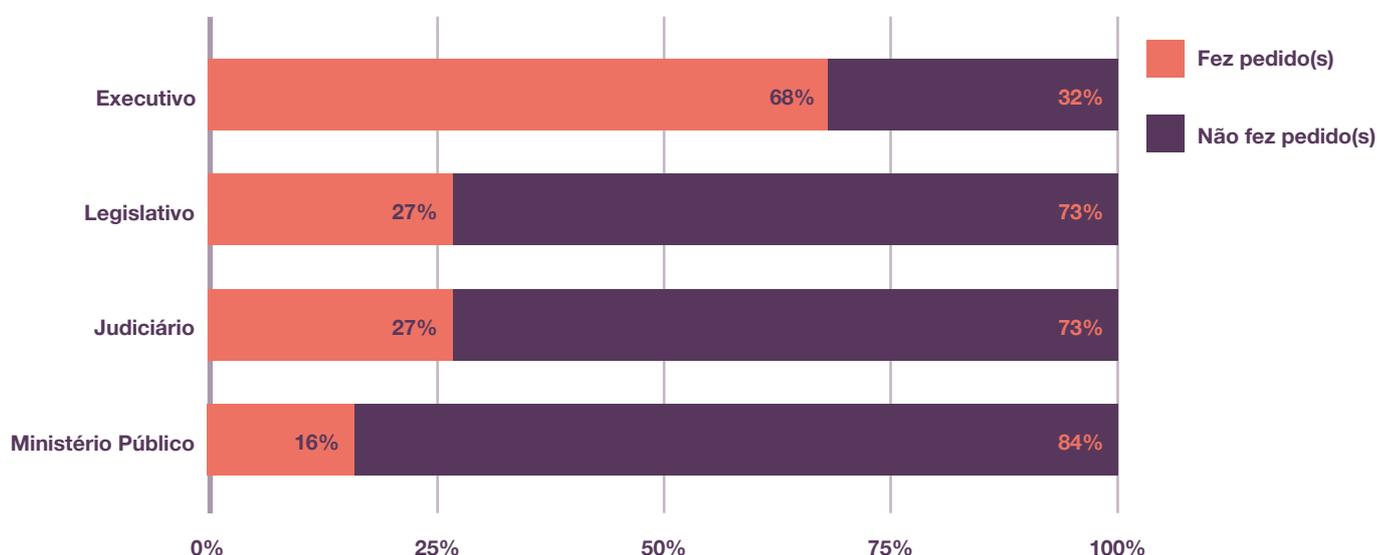
Sete anos após a Lei de Acesso entrar em vigor, mantém-se a tendência de que **a maior parte dos jornalistas direciona seus pedidos aos Executivos**, nos três níveis. De 2015 para 2019, observou-se queda na proporção de respondentes que fizeram pedidos ao Legislativo, Judiciário e Ministério Público.

## 1. A quem os jornalistas pediram informações

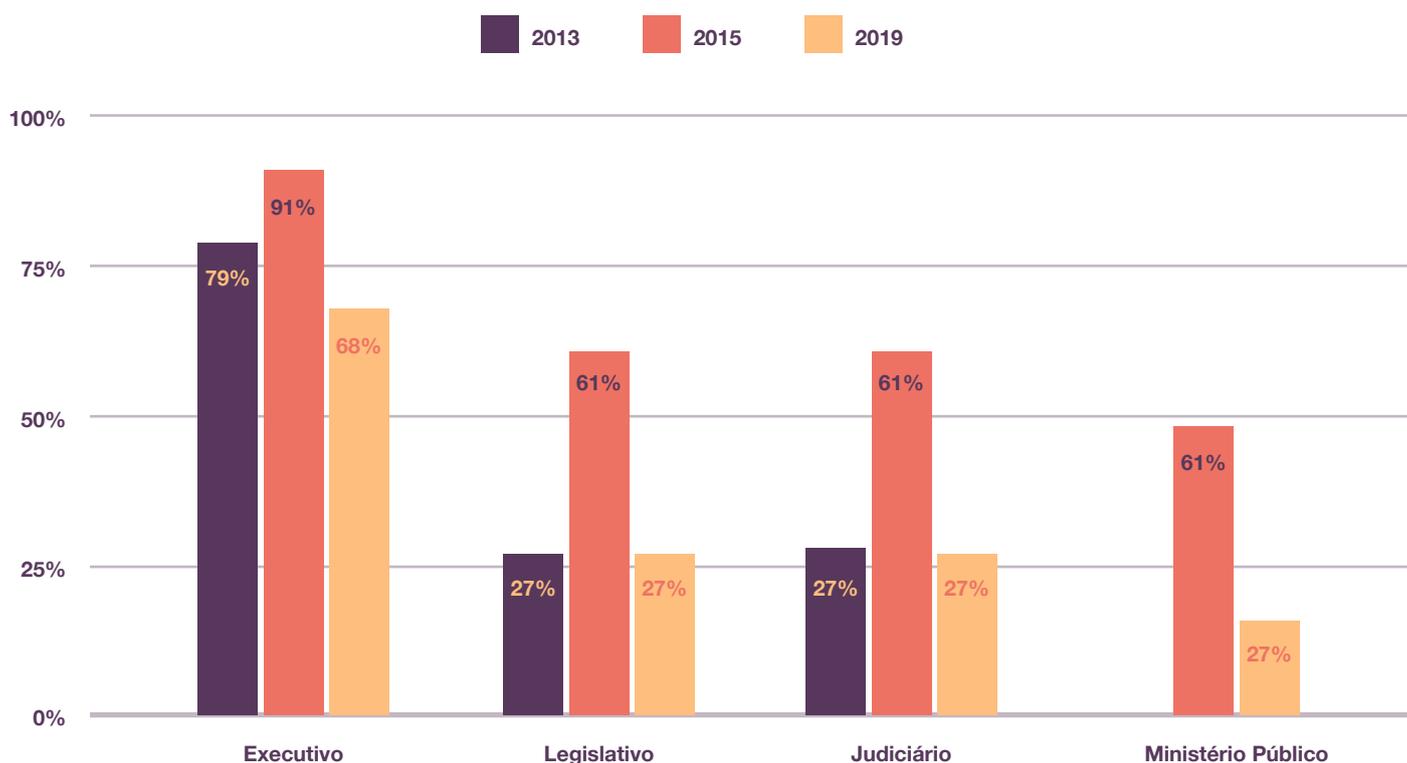
### a. Nível federal

Como nas edições anteriores da pesquisa, o Executivo é o poder mais acionado por jornalistas no nível federal. A proporção de respondentes que declararam ter feito pedidos aos demais poderes sofreu redução, com destaque para o Legislativo e o Judiciário, que haviam sido acionados por mais de 60% dos respondentes em 2015, mas em 2019 foram o destino de apenas 27% dos pedidos.

#### Direcionamento de pedidos no nível federal



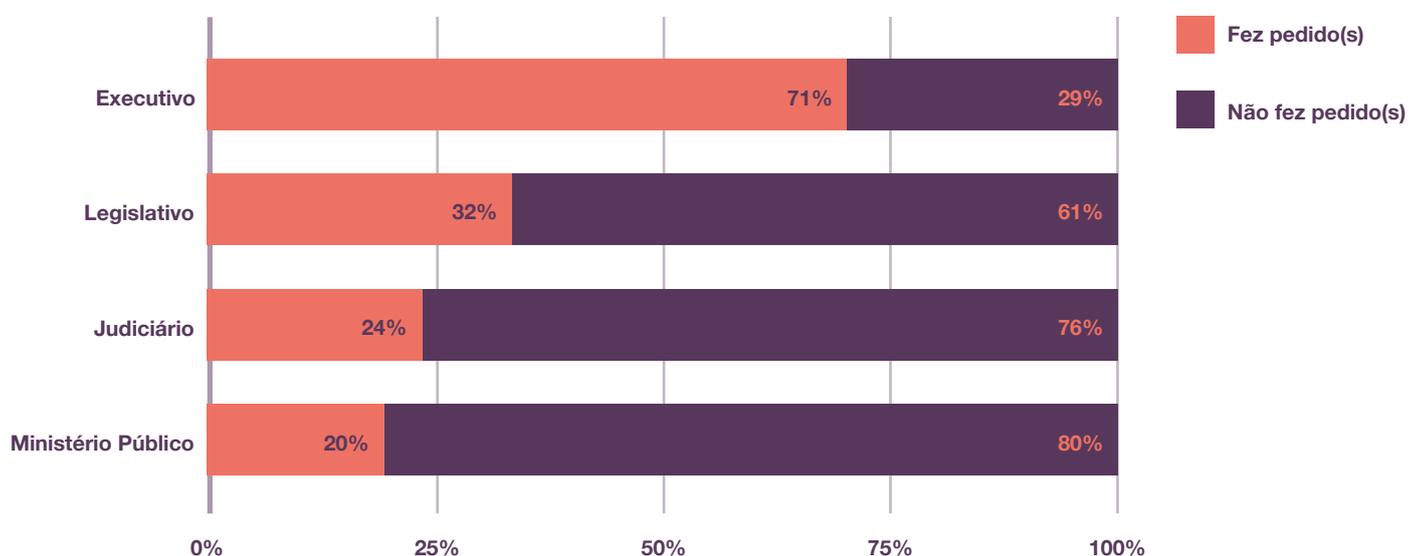
## Direcionamento dos pedidos - 2013 a 2019



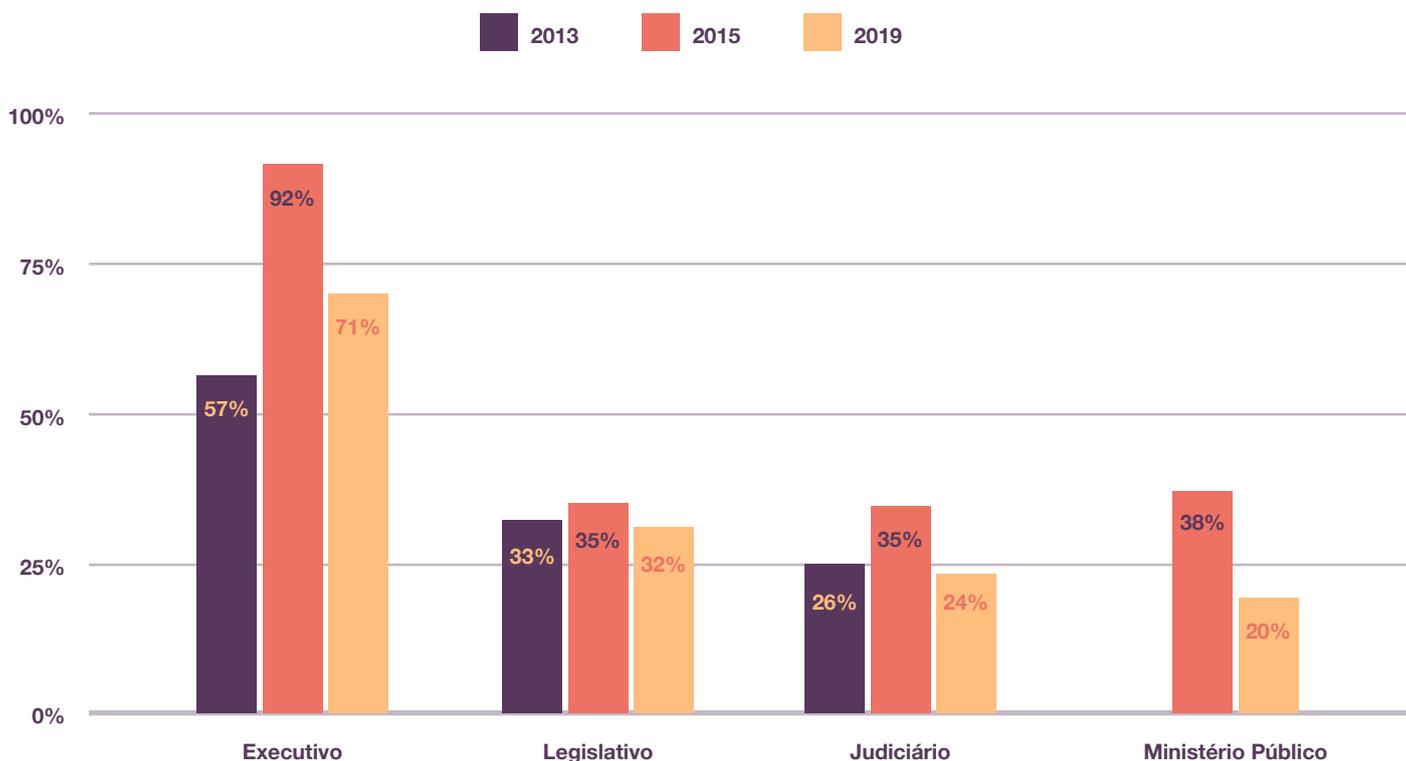
### b. Nível estadual

A predominância do Executivo também se manteve no nível estadual, mas com redução de 21 pontos percentuais (de 92% em 2015 para 71% em 2019). A proporção de jornalistas que declararam ter pedido informações ao Legislativo se manteve na faixa dos 30%, e os números no Judiciário e no Ministério Público sofreram quedas em torno de 10 pontos percentuais.

### Direcionamento de pedidos no nível estadual



## Direcionamento dos pedidos - 2013 a 2019



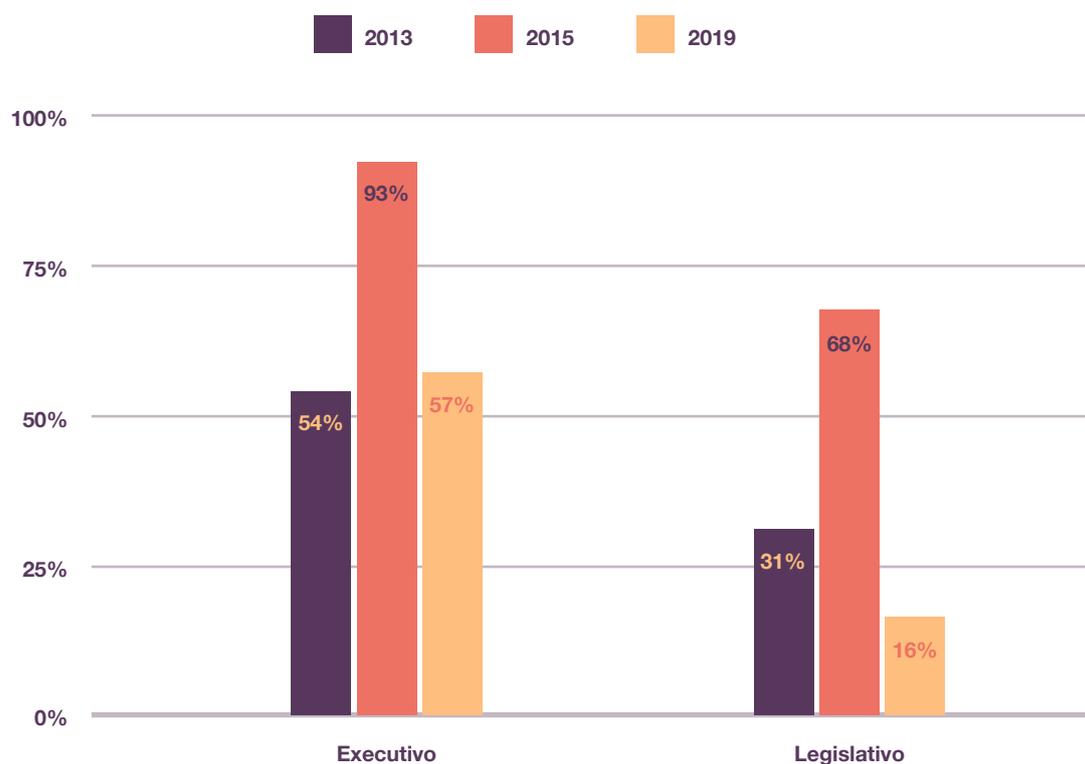
### c. Nível municipal

A maior parte (57%) dos respondentes indicou ter feito pedidos ao Executivo. Houve uma queda acentuada na proporção de jornalistas que disseram ter feito pedidos ao Legislativo: em 2015, eram 68%; em 2019, apenas 16% declarou ter solicitado informações a Câmaras Municipais.

### Direcionamento de pedidos no nível municipal



## Direcionamento dos pedidos - 2013 a 2019



## 2. Frequência de problemas em cada nível e poder

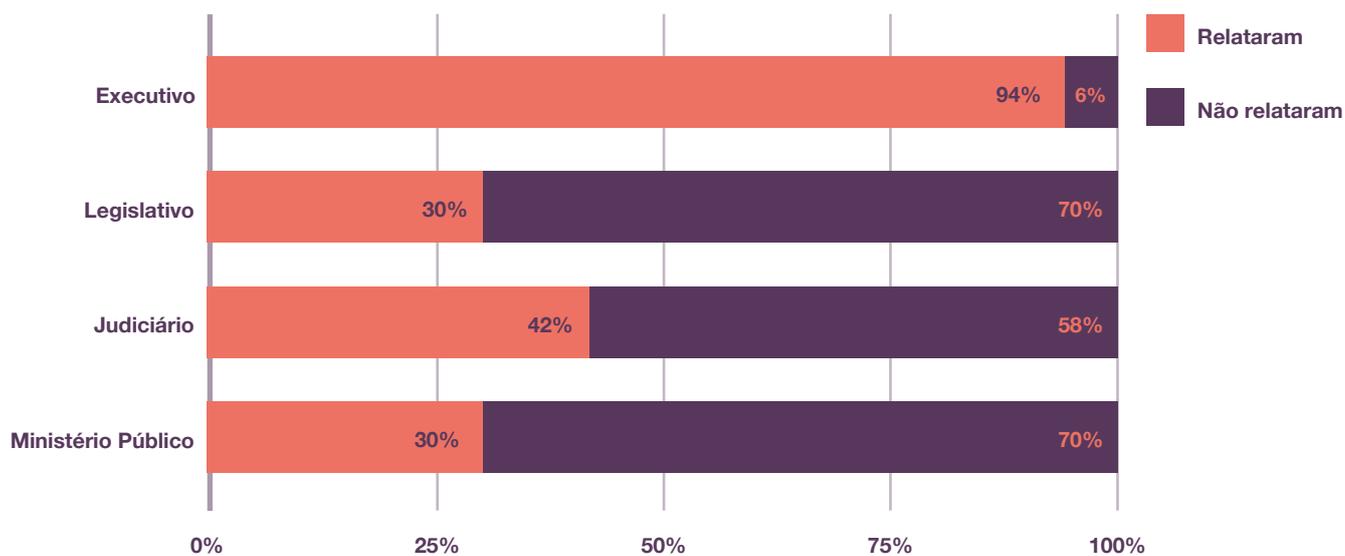
### a. Nível federal

A proporção de relatos de problemas na obtenção de respostas no nível federal **atingiu o maior patamar desde a primeira edição da pesquisa**: 89%. Em 2013, 60% declararam ter enfrentado dificuldades; o número caiu para 57% em 2015.

Este tópico abrange pedidos feitos à Presidência da República, ministérios, empresas públicas e outros órgãos federais; à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal; e ao Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal de Justiça (STJ) e outros tribunais federais.

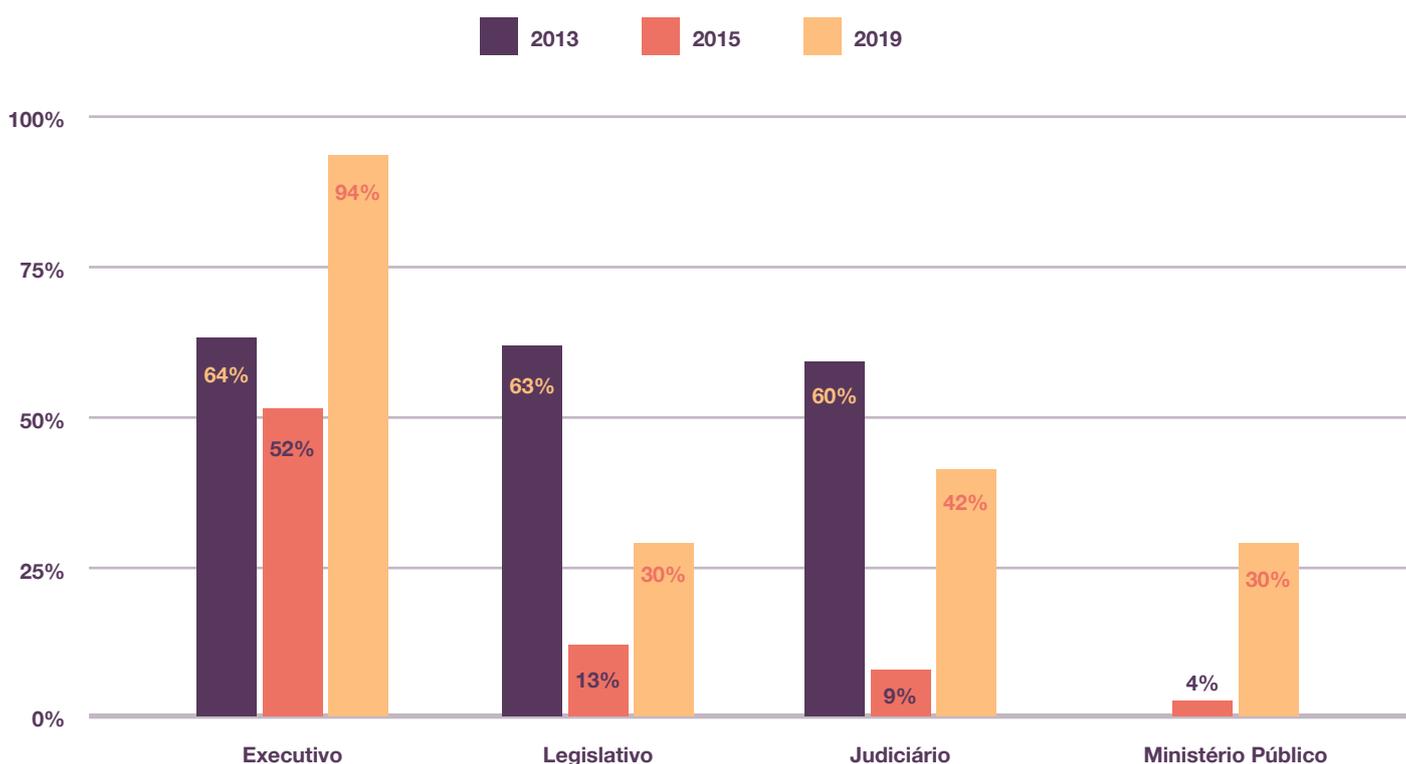
O Executivo concentra a maior parte dos relatos de problemas, ao mesmo tempo em que é o poder mais acionado por jornalistas no nível federal.

## Problemas para obter respostas no nível federal



O gráfico a seguir evidencia aumento nos relatos de problemas no Executivo federal desde a primeira edição da pesquisa, apesar de ter havido queda em 2015. Os demais poderes apresentaram aumento significativo em relação a 2015, mas queda em relação a 2013 (com exceção do Ministério Público, que não foi avaliado na primeira edição do levantamento).

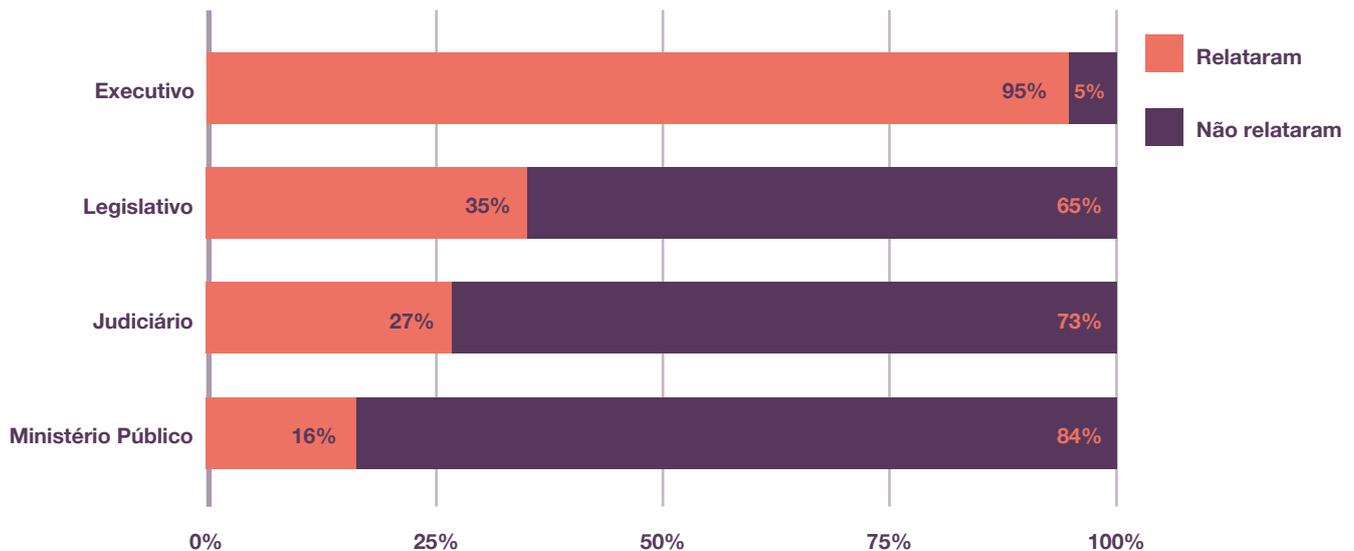
## Relatos de problemas no nível federal



## b. Nível estadual

Também no nível estadual, a proporção de relatos de problemas para obter respostas chegou ao maior patamar desde a primeira edição da pesquisa: 90% dos jornalistas disseram ter tido dificuldades. Em 2015, o número foi de 88%; em 2013, de 70%.

### Problemas para obter respostas no nível estadual



A proporção de problemas junto ao Executivo estadual, que apresenta aumento desde a primeira pesquisa, atingiu o pico dos três anos:

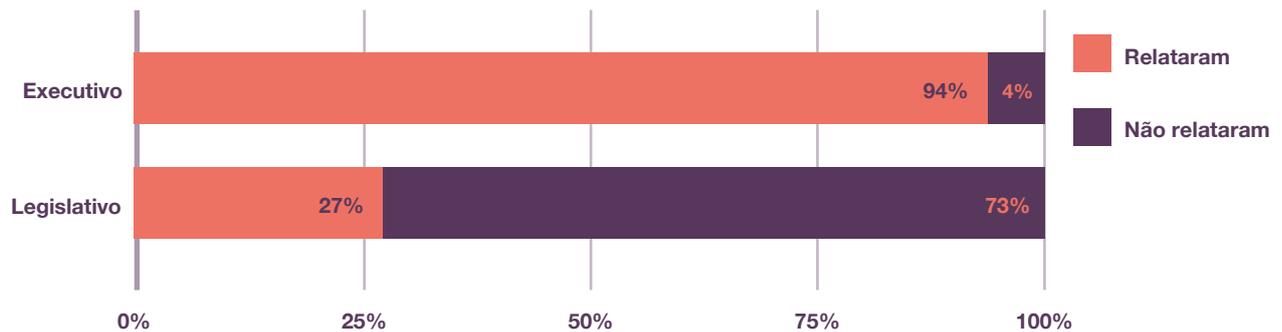
### Relatos de problemas no nível estadual



### c. Nível municipal

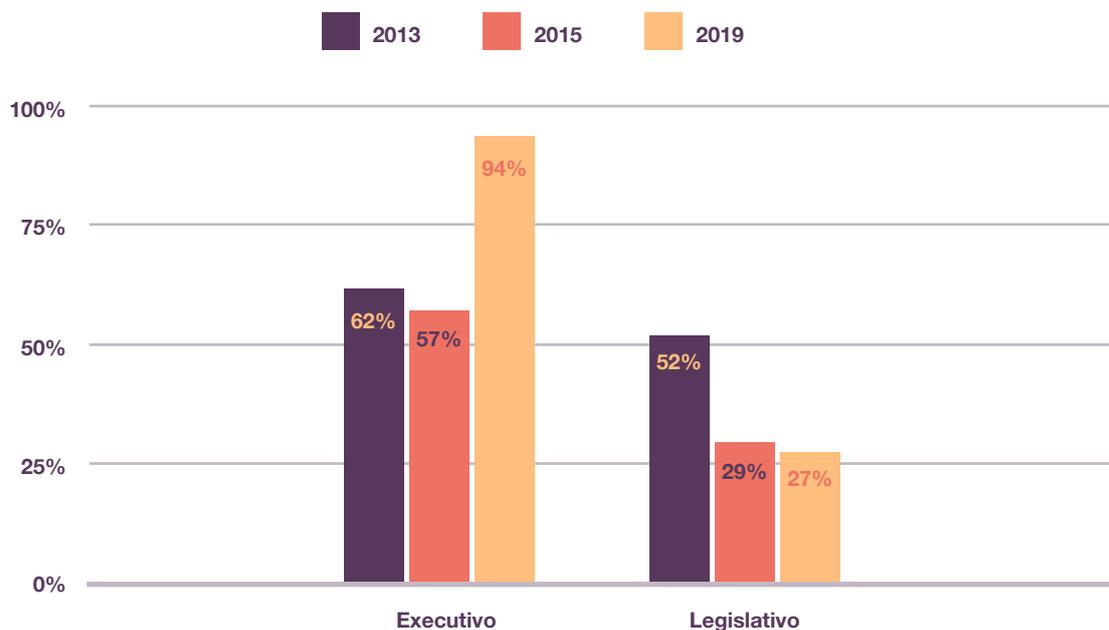
A proporção de relatos de problemas para obter respostas de órgãos municipais também foi a maior registrada desde 2013: 89% dos respondentes disseram ter enfrentado dificuldades para conseguir retorno de prefeituras e/ou Câmaras Municipais. Em 2013, foram 60%; em 2015, 50%.

#### Problemas para obter respostas no nível municipal



A exemplo do observado no nível federal, a proporção de relatos de problemas no Executivo aumentou em 2019 para um patamar maior do que o de 2013, a despeito da redução observada em 2015. Por outro lado, o Legislativo registrou mais uma queda em relatos de problemas:

#### Relatos de problemas no nível municipal



### 3. Natureza dos problemas

O questionário da pesquisa pediu que os respondentes indicassem os temas dos pedidos em que enfrentaram problemas para obter respostas. Foram fornecidas três opções:

- Problemas na requisição de informações de natureza administrativa (referente a contratos, pagamentos e repasses, salário e outros proventos de funcionários públicos);
- Problemas na requisição de informações de fiscalização (relatórios de auditoria, processos de correição, procedimentos de controle interno da atividade do órgão);
- Problemas na requisição de informações que expressassem o posicionamento do governo ou órgão (notas técnicas, ofícios, e-mails, memorandos e despachos).

#### a. Nível federal

A maioria dos problemas se refere à obtenção de informações de cunho administrativo:

Poder/Órgão	Natureza da informação	% dos relatos*	Proporção nominal
<b>Executivo</b>	Administrativa	68%	21 de 31
	Fiscalização	48%	15 de 31
	Posicionamento	29%	9 de 31
<b>Legislativo</b>	Administrativa	70%	7 de 10
	Fiscalização	60%	6 de 10
	Posicionamento	20%	2 de 10
<b>Judiciário</b>	Administrativa	57%	8 de 14
	Fiscalização	50%	7 de 14
	Posicionamento	36%	5 de 14
<b>Ministério Público</b>	Administrativa	60%	6 de 10
	Fiscalização	50%	5 de 10
	Posicionamento	50%	5 de 10

\* As naturezas não somam 100%, porque em alguns casos mais de uma foi citada pelos jornalistas.

Embora tenha havido melhora significativa na proporção de relatos de problemas para conseguir respostas sobre questões administrativas do Executivo federal de 2015 para 2019, nota-se que o número é 11 pontos percentuais maior do que o registrado em 2013.

A tabela abaixo mostra a variação na proporção de dificuldades para obtenção de respostas em cada poder relativamente ao tema do pedido.

Poder/Órgão	Natureza da informação	% 2013	% 2015	% 2019
<b>Executivo</b>	Administrativa	57%	92%	68%
	Fiscalização	43%	42%	48%
	Posicionamento	39%	17%	29%
<b>Legislativo</b>	Administrativa	73%	100%	70%
	Fiscalização	40%	33%	60%
	Posicionamento	27%	0%	20%
<b>Judiciário</b>	Administrativa	40%	50%	57%
	Fiscalização	27%	50%	50%
	Posicionamento	60%	0%	36%
<b>Ministério Público</b>	Administrativa	não avaliado	100%	60%
	Fiscalização	não avaliado	0%	50%
	Posicionamento	não avaliado	0%	50%

## b. Nível estadual

A maioria dos problemas é relatada na obtenção de informações de cunho administrativo (referente a contratos, pagamentos e repasses, salário e outros proventos de funcionários públicos):

Poder/Órgão	Natureza da informação	% dos relatos*	Proporção nominal
<b>Executivo</b>	Administrativa	71%	25 de 35
	Fiscalização	49%	17 de 35
	Posicionamento	37%	13 de 35
<b>Legislativo</b>	Administrativa	85%	11 de 13
	Fiscalização	46%	6 de 13
	Posicionamento	38%	5 de 13
<b>Judiciário</b>	Administrativa	80%	8 de 10
	Fiscalização	40%	4 de 10
	Posicionamento	40%	4 de 10
<b>Ministério Público</b>	Administrativa	83%	5 de 6
	Fiscalização	33%	2 de 6
	Posicionamento	67%	4 de 6

\* As naturezas não somam 100%, porque em alguns casos mais de uma foi citada pelos jornalistas

A tabela abaixo mostra a variação na proporção de dificuldades para obtenção de respostas em cada poder relativamente ao tema do pedido.

Poder/Órgão	Natureza da informação	% 2013	% 2015	% 2019
<b>Legislativo</b>	Administrativa	69%	99%	71%
	Fiscalização	46%	33%	49%
	Posicionamento	17%	24%	37%
<b>Executivo</b>	Administrativa	82%	67%	85%
	Fiscalização	47%	33%	46%
	Posicionamento	0%	0%	38%

Poder/Órgão	Natureza da informação	% 2013	% 2015	% 2019
<b>Judiciário</b>	Administrativa	50%	17%	80%
	Fiscalização	33%	50%	40%
	Posicionamento	33%	0%	40%
<b>Ministério Público</b>	Administrativa	não avaliado	71%	83%
	Fiscalização	não avaliado	57%	33%
	Posicionamento	não avaliado	0%	67%

### c. Nível municipal

A maioria dos problemas é relatada na obtenção de informações de cunho administrativo (referente a contratos, pagamentos e repasses, salário e outros proventos de funcionários públicos):

Poder/Órgão	Natureza da informação	% dos relatos*	Proporção nominal
<b>Executivo</b>	Administrativa	87%	27 de 31
	Fiscalização	58%	18 de 31
	Posicionamento	26%	8 de 31
<b>Legislativo</b>	Administrativa	56%	5 de 9
	Fiscalização	67%	6 de 9
	Posicionamento	33%	3 de 9

\* As naturezas não somam 100%, porque em alguns casos mais de uma foi citada pelos jornalistas

A tabela a seguir mostra a variação na proporção de dificuldades para obtenção de respostas em cada poder relativamente ao tema do pedido.

Poder/Órgão	Natureza da informação	% 2013	% 2015	% 2019
<b>Legislativo</b>	Administrativa	76%	94%	87%
	Fiscalização	45%	31%	58%
	Posicionamento	28%	12,5%	26%
<b>Executivo</b>	Administrativa	79%	100%	56%
	Fiscalização	57%	25%	67%
	Posicionamento	29%	12,5%	33%

## 4. Problemas mais comuns

Pela primeira vez desde 2013, o levantamento incluiu questões sobre os problemas mais frequentes enfrentados por jornalistas na hora de obter informações por meio de pedidos de acesso a informações. Foram apresentadas cinco alternativas específicas, definidas com base nos relatos de jornalistas ouvidos durante eventos sobre acesso a informações e consultas feitas por eles à Abraji para reportagens ou procedimentos de recurso contra negativas de acesso a informações:

- Resposta fora do prazo legal;
- Informação da resposta não corresponde à solicitada;
- Negativa de atendimento por “necessidade de trabalho adicional de análise e consolidação de dados”
- Fornecimento de informações em formato fechado (como o PDF);
- Sigilo indevido/sem justificativa.

Surpreendentemente, a negativa de resposta a pedidos por “necessidade de trabalho adicional de análise e consolidação de dados” foi registrada em apenas um poder e nível (Executivo estadual). A justificativa aparece como uma reclamação entre jornalistas com certa frequência, em encontros sobre transparência e acesso a informações.

A resposta fora do prazo, no entanto, corresponde à sensação existente no cotidiano: aparece em proporções significativas nos três poderes e no Ministério Público. É o principal problema nos níveis locais (estadual e municipal).

## a. Nível federal

No Executivo, respostas com informação diferente da solicitada são o problema mais frequente. No Legislativo e no Ministério Público, sobressaem-se a resposta fora do prazo legal (segundo a Lei de Acesso, são 20 dias prorrogáveis por 10 dias) e a resposta em formato fechado (como o PDF). No Judiciário, a resposta fora do prazo é o problema específico mais frequente.

Problema apontado	Executivo	Legislativo	Judiciário	Ministério Público
Resposta fora do prazo legal	19%	20%	29%	20%
Informação da resposta não corresponde à solicitada	23%	0%	0%	30%
Negativa sob justificativa de “necessidade de trabalho adicional de análise e consolidação de dados”	0%	0%	0%	0%
Informação fornecida em formato fechado (PDF, por exemplo)	19%	10%	7%	20%
Negativa com base em sigilo indevido/sem justificativa	10%	10%	14%	0%
Outros	16%	50%	36%	50%

## b. Nível estadual

No nível estadual, predominam as respostas fora do prazo legal. No Executivo e no Judiciário, corresponde a 40% dos problemas apontados pelos respondentes. No Ministério Público, metade dos jornalistas afirmou que é o problema mais frequente.

Problema apontado	Executivo	Legislativo	Judiciário	Ministério Público
Resposta fora do prazo legal	40%	23%	40%	50%
Informação da resposta não corresponde à solicitada	17%	23%	20%	33%
Negativa sob justificativa de “necessidade de trabalho adicional de análise e consolidação de dados”	3%	0%	0%	0%
Informação fornecida em formato fechado (PDF, por exemplo)	11%	8%	0%	0%
Negativa com base em sigilo indevido/sem justificativa	17%	23%	30%	33%
Outros	9%	46%	40%	67%

### c. Nível municipal

A exemplo do observado nos Estados, o poder público municipal tem por hábito extrapolar o prazo legal de 30 dias para dar uma resposta a pedidos de informação a jornalistas.

Problema apontado	Executivo	Legislativo
Resposta fora do prazo legal	35%	44%
Informação da resposta não corresponde à solicitada	19%	33%
Negativa sob justificativa de “necessidade de trabalho adicional de análise e consolidação de dados”	0%	0%
Informação fornecida em formato fechado (PDF, por exemplo)	6%	11%
Negativa com base em sigilo indevido/sem justificativa	16%	11%
Outros	10%	44%

## 5. Órgãos que se destacam positivamente

O questionário da pesquisa incluiu um espaço para que os jornalistas apontassem bons exemplos de atendimento via Lei de Acesso a Informações. O governo federal foi mencionado de forma genérica em 5 das 26 respostas.

Nas menções de órgãos específicos, destacam-se o Ministério da Justiça (2) e o Ministério das Relações Exteriores (2). Os demais órgãos citados, uma vez cada, foram:

UF	Órgão	Nível	Poder
BR	Presidência da República	Federal	Executivo
BR	Ministério da Ciência e Tecnologia	Federal	Executivo
BR	Ministério da Defesa	Federal	Executivo
BR	Ministério do Desenvolvimento	Federal	Executivo
BR	Ministério do Planejamento	Federal	Executivo
BR	Ministério da Saúde	Federal	Executivo
BR	Casa Civil	Federal	Executivo
BR	Controladoria-Geral da União	Federal	Executivo
BR	Polícia Federal	Federal	Executivo
BR	Banco do Brasil	Federal	Executivo
BR	Caixa Econômica Federa	Federal	Executivo
BR	Correios	Federal	Executivo
BR	Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE)	Federal	Executivo

UF	Órgão	Nível	Poder
BR	Ibama	Federal	Executivo
BR	FAB (Força Aérea Brasileira)	Federal	Executivo
BR	Câmara dos Deputados	Federal	Legislativo
BR	Senado Federal	Federal	Legislativo
BR	Tribunal de Contas da União	Federal	Legislativo
BR	Supremo Tribunal Federal	Federal	Judiciário
BR	Superior Tribunal de Justiça	Federal	Judiciário
BR	Tribunal Superior Eleitoral	Federal	Judiciário
RJ	Tribunal Regional Federal da 2ª Região	Federal	Judiciário
CE	Detran	Estadual	Executivo
MG	Unimontes	Estadual	Executivo
SP	Secretaria de Segurança Pública	Estadual	Executivo
SP	Metrô	Estadual	Executivo
RN	Secretaria de Planejamento e Finanças	Estadual	Executivo
CE	Secretaria Pública de Segurança	Estadual	Executivo
SP	Prefeitura de São Paulo	Municipal	Executivo
SP	Secretaria Municipal de Educação de São Paulo	Municipal	Executivo

## 6. Órgãos que se destacam negativamente

Entre os exemplos ruins de atendimento a pedidos de acesso a informações, os destaques são a prefeitura do Rio de Janeiro (citada 4 vezes), o Ministério da Educação (citado 3 vezes), o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério do Trabalho e a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (2 citações cada).

UF	Órgão	Nível	Poder
BR	Câmara dos Deputados	Federal	Legislativo
BR	Senado Federal	Federal	Legislativo
BR	Comando do Exército	Federal	Executivo
BR	Gabinete de Segurança Institucional	Federal	Executivo
BR	Agência Brasileira de Inteligência	Federal	Executivo
BR	Ministério da Saúde	Federal	Executivo
BR	Ministério da Justiça	Federal	Executivo
BR	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	Federal	Executivo
BR	Ministério da Defesa	Federal	Executivo
BR	Polícia Federal	Federal	Executivo
BR	Banco Central	Federal	Executivo
BR	Receita Federal	Federal	Executivo
BR	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional	Federal	Executivo
BR	Petrobras	Federal	Executivo

UF	Órgão	Nível	Poder
BR	Eletronuclear	Federal	Executivo
BR	Eletronuclear	Federal	Executivo
BR	Telebras	Federal	Executivo
BR	Agência Nacional do Petróleo	Federal	Executivo
BR	Ministério Público Federal	Federal	Ministério Público
BR	Procuradoria-Geral da República	Federal	Ministério Público
AL	Secretaria de Segurança Pública	Estadual	Executivo
AM	Assembleia Legislativa	Estadual	Legislativo
AM	Secretaria de Fazenda	Estadual	Executivo
CE	Governo	Estadual	Executivo
GO	Tribunal de Justiça	Estadual	Judiciário
GO	Governo	Estadual	Executivo
GO	Assembleia Legislativa	Estadual	Legislativo
GO	Polícia Militar	Estadual	Executivo
MT	Tribunal de Justiça	Estadual	Judiciário
PA	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade	Estadual	Executivo
RJ	Governo	Estadual	Executivo
RJ	Polícia Militar	Estadual	Executivo
RJ	Polícia Civil	Estadual	Executivo
RJ	Assembleia Legislativa	Estadual	Legislativo
RJ	Secretaria de Educação	Estadual	Executivo
RJ	Secretaria de Transportes	Estadual	Executivo

UF	Órgão	Nível	Poder
RN	Polícia Militar	Estadual	Executivo
RN	Assembleia Legislativa	Estadual	Legislativo
RO	Secretaria Estadual de Segurança Pública	Estadual	Executivo
RR	Secretaria Estadual de Segurança Pública	Estadual	Executivo
SP	Polícia Militar	Estadual	Executivo
SP	Secretaria de Administração Penitenciária	Estadual	Executivo
SP	Tribunal de Justiça	Estadual	Judiciário
SP	Universidade de São Paulo	Estadual	Executivo
CE	Secretaria Municipal de Administração de Fortaleza	Municipal	Executivo
CE	Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza	Municipal	Executivo
CE	Secretaria Municipal de Finanças de Fortaleza	Municipal	Executivo
CE	Procuradoria-Geral do Município de Fortaleza	Municipal	Executivo
GO	Prefeitura de Goiânia	Municipal	Executivo
MG	Prefeitura Municipal de Unai	Municipal	Executivo
RJ	Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro	Municipal	Executivo
RO	Prefeitura Municipal de Porto Velho	Municipal	Executivo
SP	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Paulo	Municipal	Executivo
SP	Secretaria Municipal de Educação de São Paulo	Municipal	Executivo

UF	Órgão	Nível	Poder
SP	Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo	Municipal	
SP	SPTrans	Municipal	

A dark silhouette of a person's head and shoulders, wearing glasses, positioned on the right side of the page. The person is facing left, and the silhouette is set against a light purple background.

# Sugestões de melhorias

## **Fiscalização e punição**

Maior fiscalização do cumprimento da Lei de Acesso por parte de órgãos de controle e a aplicação de punições a quem desobedece a regra são demandas de destaque entre os jornalistas, com seis ocorrências.

## **Celeridade na resposta**

Cinco respondentes apontaram o cumprimento do prazo legal para resposta ou a redução desse prazo como sugestão para melhorar o atendimento aos pedidos.

## **Padronização de sistemas para protocolar pedidos de informação**

Cinco respostas citam a necessidade de padronização, melhoria ou mesmo unificação de sistemas para pedir acesso a informações. Há relatos de problemas para apresentar recursos por meio de e-SIC, dificuldade no acompanhamento da tramitação de pedidos e até inexistência de canal digital para fazer pedidos via Lei de Acesso - o que contraria o Art. 10º, §2º da regra.

## **Designação de servidores específicos e exclusivos para recebimento e encaminhamento de pedidos**

Quatro respostas mencionam que os pedidos deveriam ser atendidos por servidores dedicados exclusivamente à tarefa. Uma delas especifica ainda que deve haver divisão clara entre atendimento a pedidos de informação e assessoria de imprensa.

## 5 **Treinamento de servidores**

Determinado pelo Art. 41, inciso II da Lei de Acesso, o treinamento de servidores para cumprimento da regra é um dos itens apontados por quatro jornalistas como críticos para melhorar o atendimento a pedidos de informação.

## 6 **Fornecimento de informações em formato aberto**

Quatro sugestões versam sobre o fornecimento de informações em formato aberto como planilhas eletrônicas ou arquivos de texto, ao invés de PDFs ou imagens.

## 7 **Aperfeiçoamento da transparência ativa**

Três respostas mencionam que uma melhor transparência ativa facilitaria o trabalho jornalístico.

## 8 **Proteção da identidade de quem pede informação**

Duas respostas sugerem a adoção da possibilidade de fazer pedidos anônimos, ou com restrição de acesso à identidade do requerente quando se tratar de um jornalista. A demanda relaciona-se à frequente violação do princípio constitucional da impessoalidade no atendimento a pedidos de informação, conforme registrado em pesquisas da FGV-Rio e da Artigo 19.

Em novembro de 2018, a Controladoria-Geral da União (CGU) atendeu a pedidos feitos por organizações da sociedade civil como Abraji, Artigo 19, Transparência Brasil e Transparência Internacional e implementou no e-SIC federal uma funcionalidade para impedir a circulação de dados pessoais de requerentes em outros órgãos e servidores além da gestão do sistema.

Seria interessante que todos os órgãos públicos adotassem funcionalidade semelhante em seus e-SICs, possibilitando a proteção de dados de quem faz pedidos de informação e garantindo que o atendimento seja livre de vieses.

A B R Λ J I

[www.abraji.org.br](http://www.abraji.org.br)

(11) 3159-0344

[abraji@abraji.org.br](mailto:abraji@abraji.org.br)

